

## Diagnóstico do controle de custos utilizado pelo IBGE em Santa Catarina

### Diagnosis of cost control used by IBGE in Santa Catarina

Júlia Gonçalves Peres<sup>1</sup>, Fabiano Maury Raupp<sup>2</sup>

**Resumo:** O estudo investiga o controle de custos mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Santa Catarina, buscando verificar a possibilidade de se identificar os custos por pesquisas realizadas. Neste caso, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua como caso (pesquisa) ilustrativo. A pesquisa empreendida é descritiva, realizada por meio de pesquisa documental, com abordagem quantitativa. Para identificar os custos foi necessário consultar o sistema Tesouro Gerencial, que por sua vez os extraiu do SIAFI, a fim de obter as informações acerca dos custos efetivamente incorridos no ano de 2017 por Plano Interno. Os custos incorridos no PI INFRA, PI Pesquisa, PI DDI e PI FUNERAL NAT dizem respeito ao IBGE em Santa Catarina como um todo. Quanto aos gastos com pessoal e diárias obteve-se valores pagos aos que trabalharam diretamente na Supervisão da PNDAC em Florianópolis e na Gerência Estadual da PNADC. A depreciação refere-se a todas as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE em Santa Catarina. Em se tratando da contribuição teórica, observou-se uma lacuna na área, bem com um certo ineditismo do estudo. Do ponto de vista prático é contemplado um objeto empírico de destaque nacional, não só em termos de atividades realizadas, mas também em relação ao volume orçamentário empregado.

**Palavras-chave:** Controle de custos. Diagnóstico. IBGE.

**Abstract:** The study investigates the cost control maintained by the Brazilian Institute of Geography and Statistics in Santa Catarina, seeking to verify the possibility of identifying costs by researches carried out. In this case, the National Continuous Household Sample Survey was used as an illustrative case (research). The research undertaken is descriptive, carried out through documentary research, with a quantitative approach. To identify costs, it was necessary to consult the Management Treasury system, which in turn extracted them from SIAFI, in order to obtain information about the costs actually incurred in 2017 by Internal Plan. The costs incurred in PI INFRA, PI Pesquisa, PI DDI and PI FUNERAL NAT relate to IBGE in Santa Catarina as a whole. Regarding personnel and daily expenses, amounts were paid to those who worked directly in the PNDAC Supervision in Florianópolis and in the PNADC State Management. Depreciation refers to all research carried out by IBGE in Santa Catarina. When it comes to the theoretical contribution, there was a gap in the area, as well as a certain novelty of the study. From a practical point of view, an empirical object of national prominence is contemplated, not only in terms of activities carried out, but also in relation to the budgetary volume employed.

**Keywords:** Cost control. Diagnosis. IBGE.

<sup>1</sup> E-mail: juliagperes@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: fabianoraupp@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um ente da Administração Pública Federal e está vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Sua sede está localizada no Rio de Janeiro, mas, para cobrir todo o território brasileiro, possui uma rede nacional de pesquisa e disseminação: 27 Unidades Estaduais e 584 Agências de Coletas de dados em diversos municípios. De modo a produzir e disseminar as informações estatísticas necessárias, o IBGE realiza investigações nas seguintes áreas: Estatísticas de âmbito Social e Demográfico; Estatísticas de Agropecuária; Estatísticas Econômicas; Índices de Preços e Contas Nacionais (IBGE, 2017).

O órgão é o principal responsável pelo fornecimento de dados e informações que suprem demandas diversas da sociedade civil e de órgãos de governo federal, estaduais e municipais. Para tanto, elabora e promove produtos que alimentam diversos setores por meio das seguintes funções: produção e análise de informações estatísticas; coordenação e consolidação das informações estatísticas; produção e análise de informações geográficas; coordenação e consolidação das informações geográficas; reestruturação e implantação de um sistema de informações ambientais; documentação e disseminação de informações; e coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

Dentre as pesquisas realizadas pelo IBGE na produção de informações socioeconômicas do País destaca-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Ela é planejada para atender a diversas necessidades de informações por meio de investigação em uma amostra probabilística de domicílios. Com essa pesquisa busca-se observar as flutuações trimestrais e o progresso da força de trabalho, além de outros aspectos que permitem visualizar o progresso social e econômico no Brasil.

O espaço ocupado e a relevância da PNADC no órgão vem demandando cada vez mais recursos, fazendo com que essa pesquisa seja alvo de atenção dos gestores. Neste caso, observa-se que a ausência de um controle de custos mais estruturado da PNADC dificulta o atendimento do órgão às exigências legais relacionadas à implementação dos sistemas de custos, mas também deixa de orientar melhorias nos processos e na gestão da própria pesquisa. Resgatasse aqui a Resolução n. 1.366, de 25 de novembro de 2011, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), e determina em seu item 21, que

o processo de implantação do SICSP deve ser sistemático e gradual e levar em consideração os objetivos organizacionais pretendidos, os processos decisórios que usarão as informações de custos segmentados por seus diferentes grupos de usuários, bem como os critérios de transparência e controle social.

Dentre as regulamentações de custos no setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou a Portaria n. 548, de 24 de setembro de 2015, que traz o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis com uma lista de prazos e exigências para o alcance das etapas nas três esferas de governo. O documento define o CFC como o responsável pela edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), enquanto a STN é responsável pela edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). O MCASP apresenta regramentos contábeis para a consolidação das contas públicas e orienta a adoção das Normas.

A primeira medida prática do Governo Federal para estruturar as informações de custos ocorreu com a orientação do Comunica n. 2018/0566550, de 09 de Abril de 2018, emitido pela Coordenação de Informação de Custos (COINC) da STN e transmitido em caixa de mensagem do SIAFI. Tal orientação tornou obrigatório, desde 16 de abril de 2018, a todas as unidades gestoras pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social o preenchimento da aba centro de custos no subsistema contas a Pagas e Receber (CPR) no SIAFI. Segundo a Macrofunção SIAFI 021133 – Centro de Custos, atualizada em 01 de novembro de 2015, a utilização da ferramenta de centro de custos possibilita uma informação mais detalhada do assunto uma vez que os registros serão captados pelo SIC.

É neste contexto de controle de custos no setor público, que envolve não só exigências legais mas também um entendimento de que há valor gerencial a partir de tal controle, que se formulou a seguinte questão problema do trabalho: **Que tipo de identificação de custos é realizado pelo IBGE em Santa Catarina no tocante às pesquisas realizadas?** Assim, o estudo investiga o controle de custos mantido pelo IBGE em Santa Catarina, buscando verificar a possibilidade de se identificar os custos por pesquisas realizadas. Neste caso, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) como caso (pesquisa) ilustrativo. Uma pesquisa na base Spell (<http://www.spell.org.br/>) não retornou artigos com a mesma temática, controle de custos em pesquisas, o que pode demonstrar uma lacuna na área, bem com um certo ineditismo do estudo. Neste caso, é visualizada a contribuição teórica do trabalho. Do ponto de vista prático é contemplado um objeto empírico de destaque nacional, não só em termos de atividades realizadas, mas também em relação ao volume orçamentário empregado. Não menos relevante é a pesquisa adotada como caso ilustrativo, cujas discussões empreendidas poderão ser utilizadas de parâmetro para outras pesquisas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Messias, Ferreira e Soutes (2018, p. 590), “em cenários de recursos escassos, atualmente comuns tanto a países desenvolvidos como aos do terceiro mundo, metodologias e ferramentas voltadas à otimização do gasto do dinheiro público, como a gestão de custos, se destacam”. Ainda segundo os autores, as informações de custos deveriam “ser a base para a formulação da proposta orçamentária, sendo o orçamento o fio condutor que permite executar as despesas e prestar os serviços públicos planejados” (Idem).

Potenciais melhorias resultantes de estudos quanto às informações que refletem os custos das atividades da Administração Pública podem trazer benefícios imediatos. A transparência pública faz parte destas discussões e é fundamental para a integração entre sociedade, cidadãos, setor público e iniciativa privada; todos esses elementos possuem interesses complementares nas relações que suportam, também, a atuação do governo na busca do funcionamento do País. A transparência se traduz na informação amplamente disponível e acessível àqueles que serão diretamente afetados pelas decisões governamentais (Kim et al., 2005). Slomski (2010) aponta para a necessidade da transparência nas relações entre cidadãos e Estado, para que a prestação de contas viabilize a avaliação de desempenho dos representantes públicos.

A mensuração de custos “integra uma das etapas essenciais para a transformação de paradigmas atualmente existentes sobre o papel e importância do setor público como agente propulsor de geração de eficiência no uso de recursos públicos e também escassos”

(Machado; Holanda, 2010, p. 792). Voltando-se para uma vertente administrativa, a NBC T 16.11 discorre sobre os objetivos de levantar os custos dos bens e serviços ofertados pela Administração Pública. Deve-se ressaltar que “o sistema de custo não é mais um sistema operacional de administração financeira ou que virá a substituir os sistemas contábeis atuais” (Machado; Holanda, 2010, p. 796). Os sistemas de custos no setor público “não possuem caráter transacional e sim gerencial, estabelecendo relações voltadas para os objetos de custo, a partir de informações de outros sistemas auxiliares” (Idem). O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos têm por objetivo:

- (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;
- (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;
- (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;
- (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;
- (e) apoiar programas de controle de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

Para viabilizar a atuação da sociedade no contexto de promoção dos custos públicos, pesquisadores e analistas têm o papel de levantar questões relevantes à eficiência da gestão pública e difundir o *status quo*, assim como gerar conhecimento, e com isso até vir a desafiar as práticas de gestão de modo a induzir o aprimoramento das mesmas. Desta forma, este grupo demanda informações de custos para avaliar o efetivo uso da informação e testar hipóteses e suposições que desafiam as teorias vigentes (Cardoso; Aquino; Bitti, 2011).

Para que a implantação do sistema de informações de custos se torne uma realidade, “não basta exigência legal nem a definição de um framework, é necessário que os potenciais usuários percebam a relevância da informação que o sistema lhes é capaz de prover” (Cardoso; Aquino; Bitti, 2011, p. 1567). Para os autores, “enquanto a implantação de sistemas de custos por um órgão é influenciada pela coerção externa, a efetiva adoção é impulsionada pela utilidade percebida pelos gestores” (Idem).

Os recursos da Administração Pública provenientes da sociedade, em suas formas de tributação, para manutenção do Estado, compõem um orçamento limitado que justifica apuração e aprimoramento das informações da aplicação de recursos públicos na prestação de serviços. Em consonância com a evolução das relações econômicas, a terceirização e a privatização permeiam também as coisas públicas. Portanto, segundo Slomski (2008), conhecer os custos das entidades fomenta escolhas entre produzir ou adquirir produtos e serviços; ou, ainda, terceirizar ou privatizar serviços.

A principal função do setor público é caracterizada pela prestação de serviços, portanto seu principal custo é com os salários dos servidores, que são comumente diretos. Reis, Ribeiro e Slomski (2005) asseveram que ao examinar o controle de custos no setor público, é necessária cautela na redução de custos para não sacrificar áreas que atinjam o atendimento ou o usuário. Os autores discorrem sobre a atenção ao corte de custos públicos:

Sob esta ótica o gestor público, muitas vezes por ter um desconhecimento de como os custos estão distribuídos pelas atividades, acaba por prejudicar algumas atividades que são de extrema importância social, mas que sob o ponto de vista técnico administrativo não possuem distinção de outras atividades com caráter menos essencial. Esta falta de visão do sistema público como um todo, interagindo com a sociedade, pode provocar uma tomada de decisão ótima do ponto de vista macroeconômico, mas que não atende aos princípios de gestão eficiente dos recursos públicos, quando vistos pelos beneficiários fins dos serviços oferecidos (Reis; Ribeiro; Slomski, 2005, p.3).

Nesta direção, a NBC T 16.11 fala sobre o SICSP como uma ferramenta de planejamento e orçamento por meio das informações de custos:

O SICSP deve estar integrado com o processo de planejamento e orçamento, devendo utilizar a mesma base conceitual se se referirem aos mesmos objetos de custos, permitindo assim o controle entre o orçado e o executado. No início do processo de implantação do SICSP, pode ser que o nível de integração entre planejamento, orçamento e execução (consequentemente custos) não esteja em nível satisfatório. O processo de mensurar e evidenciar custos deve ser realizado sistematicamente, fazendo da informação de custos um vetor de alinhamento e aperfeiçoamento do planejamento e orçamento futuros (CFC, 2011).

Alonso (1999) relata que a mensuração dos custos públicos e sua publicidade configuram importantes instrumentos de controle social para avaliação dos serviços por parte dos usuários. Porém, a ausência de um sistema de custos justamente restringe os controles internos e externos aos aspectos formais e legais da gestão. Além dessa dificuldade, outro obstáculo à obtenção das informações de custos são as características dos produtos da Administração Pública: intangíveis, sem preços de mercado definidos, com processos de produção instáveis e ofertados em regime de monopólio.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa empreendida é descritiva, realizada por meio de pesquisa documental, com abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva busca descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002). Por meio da pesquisa descritiva pode-se observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos de modo que o pesquisador não os manipule ou influencie. A pesquisa documental recorre aos documentos de fonte primária, que decorrem do registro da observação de um órgão ou indivíduo. A interpretação dos dados tabulados na abordagem quantitativa é alavancada a partir da comparação com a literatura e a realidade investigadas na abordagem qualitativa (Santos; Candeloro, 2006).

O estudo descritivo demanda a seleção de métodos e procedimentos que orientem a extração e a análise de dados de modo a validar a pesquisa em caráter científico. Para identificar os custos foi necessário consultar o sistema Tesouro Gerencial, que por sua vez os extraiu do SIAFI, a fim de obter as informações acerca dos custos efetivamente incorridos no ano de 2017 por Plano Interno. O plano interno, segundo o Manual SIAFI (STN, 2018), é uma ferramenta para planejamento e acompanhamento dos projetos ou atividades dos ministérios ou órgãos.

Os custos classificados no Plano Interno (representado pela sigla PI) como INFRA compõe-se de custos gerais para o funcionamento rotineiro do órgão. São alocados valores de contratos continuados – aluguéis de imóveis e garagens, contratação de mão de obra, aluguéis de veículos e equipamentos, água, luz, telefone, internet, correios, materiais de consumo, entre outros. O PI PESQUISA abrange também custos diversos como diárias, passagens, combustíveis, materiais, locações, manutenção, serviços, multas e assim por diante. Há também o PI DDI com recursos oriundos da Diretoria de Informática e o PI FUNERAL NAT para prover o auxílio-funeral. Os valores dispendidos com pessoal incluem salário, benefícios e indenizações. Apenas servidores efetivos recebem auxílio deslocamento concedido como indenização para viabilizar o período que os servidores passam trabalhando em campo, fora das instalações do IBGE.

No caso em que foi possível identificar o tipo de custo por pesquisa realizada, utilizou-se a PNADC como caso ilustrativo. As informações obtidas referem-se aos relatórios e dados extraídos dos sistemas. A opção pela PNADC deve-se ao fato da sua aplicação Agência de Florianópolis ocorrer em um setor independente. Além disso, a PNADC ocorre continuamente, o que viabilizou o recorte do tempo mais atual do ano de 2017. Devido ao limite de tempo para o desenvolvimento da investigação, não foi possível escrutinar os custos das demais pesquisas.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 O IBGE: Fragmentos Históricos

O IBGE é uma fundação da Administração Pública Federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Conforme o Decreto n. 4.740, de 13 de junho de 2003, sua missão é:

(...) retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

O processo de criação de um órgão para coordenar e centralizar o desenvolvimento dos serviços estatísticos no País teve início em 1934 por meio do Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística. Segundo a Rede de Memória do IBGE (2018c), em 1871 a Diretoria-Geral de Estatística era o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas. Porém, em 1934 o Departamento Nacional de Estatística, como veio a ser chamado depois de mudanças de nomenclatura, foi extinto e as atividades estatísticas foram diluídas entre os ministérios competentes.

Unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, em 29 de maio de 1936 o então presidente Getúlio Vargas nomeou a diretoria e instalou a sede do instituto no Palácio do Governo. Ainda nesse ano, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Estatística (CNE) durante a Convenção Nacional de Estatística. No ano seguinte, o Decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937, criou o Conselho Brasileiro de Geografia como parte integrante do Instituto Nacional de Estatística.

Por meio do Decreto-Lei n. 218, de 26 de janeiro de 1938, criou-se o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abarcando dois órgãos colegiados autônomos – o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística. Em 1953 foi criada a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) como parte do IBGE; a primeira Faculdade Estatística do Brasil. A ENCE oferece cursos para graduação, pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado.

O IBGE passou por mudanças na sua forma jurídica em 1967, durante a Reforma Administrativa Federal, iniciada pela ditadura civil-militar ainda no governo Castelo Branco. O órgão passou de autarquia para fundação, mantendo a sigla, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira. Na remodelação, a fundação passou à seguinte composição de órgãos autônomos: Instituto Brasileiro de Estatística; Instituto Brasileiro de Geografia e ENCE (IBGE, 2018c).

O estatuto vigente que rege o IBGE é apresentado no Decreto n. 4.740, de 13 de junho de 2003, e estabelece a missão, as competências, as prerrogativas, sua composição e o patrimônio. A estrutura organizacional definida no estatuto abrange órgãos colegiados de direção superior (Conselho Técnico, Conselho Curador e Conselho Diretor), órgão de assistência direta e imediata ao Presidente (Gabinete), órgãos seccionais (Auditoria Interna, Procuradoria Federal e Diretoria Executiva), órgãos específicos singulares (Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências, Diretoria de Informática, Centro de Documentação e Disseminação de Informações e Escola Nacional de Ciências Estatísticas) e órgãos descentralizados (Unidades Estaduais). Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, o IBGE possui a rede nacional de pesquisa e disseminação, composta por 27 Unidades Estaduais e 584 Agências de Coleta de dados nos principais municípios do País. Ainda, o IBGE mantém a Reserva Ecológica do Roncador situada em Brasília.

#### 4.2 A PNADC

O campo de investigação da PNADC concerne à inserção da população no mercado de trabalho cotejada às características demográficas e de educação. Ainda, abrange a formulação de resultados acerca de temas permanentes – tais como trabalho infantil, migração, formas diversas de trabalho, fecundidade – e outros assuntos pertinentes em correspondência às necessidades dos usuários dos produtos dessa pesquisa.

As informações divulgadas pela PNADC são de caráter conjuntural, com periodicidade mensal e trimestral, e de aspecto estrutural, com periodicidade anual e variável. O escopo das informações conjunturais mensais contempla os indicadores concernentes à força de trabalho no nível geográfico Brasil, e as trimestrais abarcam os indicadores para a força de trabalho em todos os níveis geográficos. As informações estruturais de resultados anuais cerceiam os temas suplementares permanentes à pesquisa e os assuntos adicionais pertinentes à força de trabalho, enquanto os resultados de periodicidade variável contemplam outros tópicos dos temas permanentes, conforme necessidade de pesquisa (IBGE, 2018b).

Os principais indicadores formulados a partir da PNADC são: população residente segundo o sexo e os grupos de idade; taxa de desocupação; taxa de atividade; nível da ocupação; taxa de analfabetismo segundo os grupos de idade e o sexo; pessoas de 14 anos ou mais segundo a condição de ocupação; pessoas ocupadas na semana de referência segundo o sexo e os grupos de anos de estudo; população residente segundo a naturalidade em relação à Unidade da Federação e ao município de residência; e rendimento médio mensal *per capita*

dos domicílios (IBGE, 2014).

A pesquisa é desempenhada através de uma amostra de domicílios, recortada de uma amostra mestra, o que assegura a representatividade dos resultados nos níveis geográficos – Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. A cada trimestre, são investigados em torno de 211.000 domicílios em cerca de 16.000 setores censitários presentes em aproximadamente 3.500 municípios (IBGE, 2018b).

Os domicílios selecionados para responder os questionários são visitados ao longo de cinco trimestres, uma vez a cada três meses. Isso reflete o esquema de rotação da amostra denominado 1–2(5) – entre os trimestres há uma sobreposição de 80% dos domicílios e em comparação entre os mesmos trimestres de um ano para o outro é de 20%. Esta sobreposição é utilizada para certificar que as variações apresentadas não são imputadas à completa modificação da amostra (IBGE, 2014).

A aplicação dos questionários ocorre em dois formatos: reduzido – limitado às informações sobre trabalhos que provem rendimentos ao domicílio, voltados para o mercado; ampliado – efetuado na primeira entrevista em cada domicílio, é mais abrangente, introduz informações sobre outras formas de trabalho, não voltados ao mercado. Para fabricar os resultados trimestrais, o questionário ampliado compreende questões relacionadas a outras formas de trabalho como produção para consumo próprio, trabalho voluntário, cuidado de pessoas do domicílio e/ou da família e atividades domésticas. Essa investigação acontece em 20% da amostra de cada trimestre, mas os dados são aglutinados para prover resultados de um ano civil. Outros assuntos, como trabalho infantil, migração e fecundidade podem ser coletados em um trimestre particular ou acumulados para promover resultados anuais. Assim, também, funciona a respeito dos temas suplementares (IBGE, 2018b).

Em 2017 foi realizada a divulgação de cinco módulos temáticos da PNADC 2016: Características Adicionais do Mercado de Trabalho – essa parte suplementar investigou, entre 2012 e 2016, os seguintes aspectos do mercado de trabalho, como registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), associação a sindicato, turno de trabalho, cooperativa de trabalho ou produção; Habitação e Moradores – o módulo oferece apreciação acerca do cenário social e demográfico por meio de características domiciliares como materiais utilizados na construção, abastecimento de água, condições de saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, posse de bens e serviços, além de perspectivas da população como sexo, idade, cor ou raça; Trabalho Infantil – essa análise aborda o assunto sob a ótica das atividades econômicas e a ótica da produção para consumo próprio ou afazeres domésticos; Outras Formas de Trabalho – esse suplemento examina pessoas com a idade de 14 anos ou mais que desenvolvem atividades de produção para consumo próprio, afazeres domésticos, cuidados de pessoas e trabalho voluntário (IBGE, 2018a).

O IBGE introduziu, em 2017, alguns temas de estudo que passarão, nos próximos anos, a figurar entre os resultados de divulgação anual. Os temas são: Características Gerais

dos Moradores, Características Gerais dos Domicílios, Rendimentos de Todas as Fontes, Características Adicionais do Mercado de Trabalho, Educação, Trabalho Infantil E Outras Formas de Trabalho. Algumas das divulgações de suplementos da PNADC, em 2017, foram realizadas em parceria com outros órgãos.

Em convênio com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, divulgou-se o suplemento PNAD 2014 – Educação e Qualificação Profissional; com o Ministério do Esporte, a divulgação do suplemento PNAD 2015 – Práticas de Esporte e Atividade Física; em aliança com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o IBGE divulgou o suplemento PNAD 2015 – Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade; por fim, o Instituto promoveu, em cooperação técnica com o Instituto Empreender Endeavor Brasil., as Estatísticas de Empreendedorismo 2015 (IBGE, 2018a).

#### 4.3 Discussões

Os custos identificados no IBGE de Santa Catarina dizem respeito àqueles que suportam a infraestrutura do órgão, representados pelo PI INFRA, àqueles destinados a promoção das atividades de pesquisa do órgão, rotulados com o PI PESQUISA, além do PI DDI que são os recursos oriundos da Diretoria de Informática e do PI FUNERAL NAT para prover o auxílio-funeral devido aos parentes de servidores aposentados falecidos. Alguns PI's são diretamente destinados às pesquisas realizadas, como é o caso de AGROECOM (Censo Agro 2017) e POFCONT (Pesquisa de Orçamento Familiar), ou às demais áreas de atuação do IBGE, como GEOGRAFIA e GEODÉSIA. A Tabela 1 demonstra o PI INFRA com os custos que suportam a infraestrutura do órgão em Santa Catarina. Os valores apresentados correspondem às despesas liquidadas no período.

**Tabela 1. Custos incorridos no PI INFRA**

Natureza Detalhada		Total
33901414	Diárias no país	16.670,45
33903007	Gêneros de alimentação	40.891,79
33903016	Material de expediente	38.762,75
33903017	Material de TIC – material de consumo	8.374,40
33903025	Material p/ manutenção de bens móveis	49,90
33903026	Material elétrico e eletrônico	2.398,80
33903301	Passagens para o país	895,92
33903396	Passagens e locomoção – pagto antecipado	224,00
33903601	Condomínios	274.089,96
33903606	Serviços técnicos profissionais	300,00
33903615	Locação de imóveis	2.062.253,81
33903617	Tributos a conta do locatário ou cessionário	133.593,54
33903625	Serviços de limpeza e conservação	578.450,00
33903639	Fretes e transportes de encomendas	8.000,00
33903647	Serviços de estacionamento de veículos PF	7.890,00
33903669	Seguros em geral	553,60
33903696	Outros serv. de terceiros PF – pagto antecipado	191.140,00
33903701	Apoio administrativo, técnico e operacional	759.814,00

33903702	Limpeza e conservação	802.876,68
33903704	Manutenção e conservação de bens imóveis	34.249,12
33903902	Condomínios	715.245,53
33903910	Locação de imóveis	2.509.753,49
33903912	Locação de máquinas e equipamentos	153.519,54
33903915	Tributos a conta do locatário ou cessionário	172.329,76
33903916	Manutenção e conserv. de bens imóveis	267.283,46
33903917	Manut. de máquinas e equipamentos	26.808,00
33903918	Serviços de estacionamento de veículos	352.828,96
33903920	Manut. de b. móveis de outras naturezas	17.160,00
33903943	Serviços de energia elétrica	1.125.047,56
33903944	Serviços de água e esgoto	49.053,45
33903947	Serviços de comunicação em geral	228.893,80
33903958	Serviços de telecomunicações	597.651,85
33903963	Serviços gráficos e editoriais	24.996,00
33903969	Seguros em geral	50.303,43
33903974	Fretes e transportes de encomendas	11.000,00
33903977	Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	112.871,00
33903978	Limpeza e conservação	2.600,00
33903996	Outros serv. de terceiros PJ– pagto antecipado	800,00
33903997	Comunicação de dados	2.634.590,82
33904710	Taxas	60.941,17
33904716	Juros	22,53
33904722	Contribuição p/ custeio de iluminação pública	167.642,27
33904727	Multas indedutíveis	95,08
33909236	Outros serviços de terceiros – pessoa física	959,42
33909237	Locação de mão de obra	152.621,59
33909239	Outros serviços de terceiros – PJ	470.036,64
33909247	Obrigações tributárias e contributivas	1.484,00
33909302	Restituições	694,00
33914716	Juros	296,39
33914718	Providencialísticos	133.763,50
33914727	Multas indedutíveis	2.525,51
44905206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.965,75
Total		15.010.263,22

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O PI INFRA, apresentado na Tabela 1, traz os valores dispendidos para manter a infraestrutura do órgão em funcionamento necessário ao andamento das atividades de pesquisa, ou seja, são as atividades administrativas consideradas “meio” para a finalidade do Instituto. Os custos contemplam contratação de serviços, aluguéis, condomínios, energia, água, taxas, materiais, comunicação de dados, diárias, passagens, materiais, entre outros. Os custos mais representativos, abarcando 47,85%, são locação: entre os aluguéis pagos a pessoas físicas (33903910) e a pessoas jurídicas (33903610), o valor pago nesses elementos reúnem R\$ 4.517.789,72 do total, ou 30,22%; comunicação de dados: inclui telefonia, internet,

pacotes de dados, entre outros – R\$ 2.634.590,82, ou 17,62% do total; energia elétrica: o valor com o serviço de fornecimento de energia soma R\$ 1.125.047,56, o que representa 7,53% do PI. A Tabela 2 apresenta os valores provenientes do PI PESQUISA com a finalidade de promover as atividades na área técnica do órgão.

Tabela 2. Custos incorridos no PI PESQUISA

Natureza Despesa Detalhada		Total
33901414	Diárias n/o país	866.163,08
33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.424.141,56
33903003	Combustíveis e lubrif. P/ outras finalidades	662,20
33903004	Gás e outros materiais engarrafados	3.934,70
33903007	Gêneros de alimentação	52.797,61
33903011	Material químico	2.153,69
33903016	Material de expediente	3.026,61
33903017	Material de TIC – material de consumo	735,90
33903019	Material de acondicionamento e embalagem	39,60
33903020	Material de cama, mesa e banho	1.361,88
33903021	Material de copa e cozinha	1.656,74
33903022	Material de limpeza e prod. de higienização	82.624,12
33903024	Material p/ manut. de bens imóveis/instalações	12.052,65
33903025	Material p/ manutenção de bens móveis	4.667,18
33903026	Material elétrico e eletrônico	26.610,28
33903028	Material de proteção e segurança	2.560,20
33903030	Material para comunicações	450,42
33903039	Material p/ manutenção de veículos	386.880,39
33903042	Ferramentas	215,00
33903044	Material de sinalização visual e outros	1.426,00
33903096	Material de consumo – pagto antecipado	224.137,63
33903301	Passagens para o país	25.557,27
33903305	Locomoção urbana	211.285,85
33903396	Passagens e locomoção – pagto antecipado	145.937,23
33903617	Tributos a conta do locatário ou cessionário	52,96
33903639	Fretes e transportes de encomendas	2.400,00
33903696	Outros serv. de terceiros PF– pagto antecipado	2.600,00
33903910	Locação de imóveis	9.200,00
33903912	Locação de máquinas e equipamentos	6.480,00
33903916	Manutenção e conserv. de bens imóveis	12.526,94
33903917	Manut. de máquinas e equipamentos	10.424,00
33903918	Serviços de estacionamento de veículos	173.274,00
33903919	Manutenção e conserv. de veículos	492.355,91
33903920	Manut. de bens móveis de outras naturezas	1.426,10
33903922	Exposições, congressos e conferências	4.396,49
33903925	Taxa de administração	10.201,38
33903936	Multas indedutíveis	12.502,20
33903946	Serviços domésticos	600,00
33903947	Serviços de comunicação em geral	315,00
33903950	Serv. médico-hospital., odontol. e laboratoriais	500,00

33903956	Serviços de tecnologia da informação	1.500,00
33903959	Serviços de áudio, vídeo e foto	665,50
33903961	Serviços de socorro e salvamento	11.750,00
33903963	Serviços gráficos e editoriais	2.808,15
33903974	Fretes e transportes de encomendas	1.441,44
33903978	Limpeza e conservação	44.030,00
33903983	Serviços de cópias de documentos	3.729,93
33903992	Serviços de publicidade institucional	4.200,00
33903995	Manut. equip. de processamento de dados	880,00
33903996	Outros serv. de terceiros PJ – pagto antecipado	200.255,20
33909233	Passagens e despesas com locomoção	29.016,36
33909301	Indenizações	1.242,06
33909302	Restituições	4.808,76
33913936	Multas indedutíveis	12.328,04
33919239	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.123,66
Total		4.540.111,87

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O PI PESQUISA compõe-se daqueles valores despendidos nas atividades diretamente voltadas às pesquisas desenvolvidas – a atividade-fim do Instituto. Todo o esforço financeiro neste PT corresponde ao suporte à área técnica apresentada em Santa Catarina. Algumas das categorias de custos se repetem no PI INFRA, porém são enquadradas nesse Plano Interno devido à característica de destinação de recursos às pesquisas. As principais categorias são diárias, combustíveis, passagens, materiais e tributos e serviços diversos. Dentre as quantias gastas, destacam-se os combustíveis e lubrificantes automotivos, no valor de R\$ 1.424.141,56, formando 31,37% do total; as diárias no País, pagas aos servidores efetivos para deslocamento a trabalho, com R\$ 866.163,08 ou 19,07% de todos os custos; e o conjunto de manutenção e conservação de veículos com os materiais utilizados, que importam 19,37 % do total – R\$ 879.191,37.

Para o PI PDDI foram incorridos custos de R\$ 13.800,00 que dizem respeito aos recursos oriundos da Diretoria de Informática que encaminha créditos para contratação de serviços de pessoa jurídica na área áudio, vídeo e foto. Estes recursos foram utilizados pela UE-SC em 2017 com destinação ao Censo Agro 2017 que se iniciou em 2017 e encerrou-se em 2018. O PI FUNERAL NAT somou R\$ 121.035,03 e corresponde a numerário voltado ao pagamento de auxílio-funeral de servidores que faleceram no período. No ano de 2017 os valores referiam-se a servidores inativos, ou seja, aposentados. O modo de pagamento é por meio de reembolso, ou seja, o familiar que reclamar o benefício, equivalente a um mês da remuneração, deve ter custeado os ritos funerários.

Observou-se que os custos incorridos no PI INFRA, no PI Pesquisa, no PI DDI e no PI FUNERAL NAT dizem respeito ao IBGE em Santa Catarina como um todo, ou seja, a todas as pesquisas desenvolvidas pelo órgão no Estado. Para identificar os custos de cada pesquisa desenvolvida seriam necessários, no mínimo, critérios de rateios em dois níveis: primeiro, para se chegar ao custo da referida pesquisa em Santa Catarina; segundo, para se chegar ao custo da pesquisa em determinado município.

Os próximos valores identificados no artigo são os custos com pessoal. A Tabela 3 apresenta informações elaboradas a partir da extração de valores dos relatórios fornecidos pela Gerência de Recursos Humanos (GRH).

**Tabela 3. Custos incorridos com Pessoal**

<b>Pessoal</b>	<b>Total</b>
<b>Supervisão</b>	
Remuneração bruta	943.475,37
Descontos em folha	180.587,22
Remuneração líquida	762.888,15
Cota de INSS patronal	60.542,07
Subtotal (Remuneração líquida + Cota de INSS patronal)	894.785,14
<b>Gerência</b>	
Remuneração bruta	237.481,93
Descontos em folha	78.619,29
Remuneração líquida	158.862,64
Cota de INSS patronal	19.532,72
Subtotal (Remuneração líquida + Cota de INSS patronal)	195.852,46
<b>Total</b>	<b>1.090.637,60</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Enquanto para os PI's identificados anteriormente os valores dizem respeito ao IBGE no Estado de Santa Catarina, a partir dos gastos com pessoal foi possível verificar valores específicos por pesquisa desenvolvida no âmbito municipal. Entretanto, as informações acerca da Folha de Pagamento não são acessíveis por meio do SIAFI ou do Tesouro Gerencial. Todos os pagamentos referentes aos proventos dos servidores são realizados por meio do SIAPE, ao qual somente a GRH tem acesso.

O setor encaminhou, mediante solicitação e autorização prévia, os valores pagos aos que trabalharam diretamente na Supervisão em Florianópolis e na Gerência Estadual da PNADC, pesquisa tomada como ilustração. Com os dados anônimos foi possível formular a Tabela 3 apresentando o valor bruto recebido, incluindo todos os pagamentos, os descontos realizados em folha, o valor líquido pago aos servidores e a parcela de 20% de INSS devido pelo IBGE como empregador e que incide sobre toda a remuneração, excluídas as indenizações. Este mesmo procedimento foi possível para os custos com diárias pagas aos servidores. A Tabela 4 foi construída com base nos valores destinados aos servidores da Supervisão e da Gerência.

**Tabela 4. Custos incorridos com Diárias**

<b>Diárias</b>	<b>Total</b>
Supervisão	18.256,01
Gerência	6.851,16
<b>Total</b>	<b>25.107,17</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os valores concernentes às diárias pagas aos servidores atuantes na Supervisão e Gerência da PNADC foram extraídos do SIAFI, pois são pagos por ordem bancária e não por

meio da folha de pagamento, uma vez que devem ser entregues aos servidores até três dias antes da viagem programada. Assim, a Tabela 4 foi elaborada por meio da extração manual dos dados das ordens bancárias pagas aos servidores.

As Tabelas 3 e 4 foram divididas entre Supervisão e Gerência devido à atribuição dos servidores envolvidos. No caso da Supervisão da PNADC em Florianópolis, o trabalho é totalmente voltado à pesquisa nesse âmbito. Já a Gerência Estadual da PNADC trata de assuntos que envolvem as atividades em todo Estado de Santa Catarina.

Há também os custos com depreciação de bens móveis que, para o ano de 2017, totalizaram R\$ 618.578,89. Os valores de depreciação mensal são produzidos no sistema SDA e colhidos por meio de relatórios para então serem lançados no SIAFI e refletirem contabilmente o patrimônio da UE-SC. Todos os meses são elaboradas planilhas que controlam a evolução mensal e acumulada da depreciação, para envio à Sede do órgão de modo a acompanhar as contas. Por meio dessas planilhas é que se obtém o valor da depreciação anual.

O orçamento para as pesquisas do IBGE decorre do Plano Plurianual (PPA) do órgão, desenvolvido para os 5 anos seguintes, que por sua vez reflete o Planejamento Estratégico (PE) feito para um período decenal. O PPA do órgão para 2016–2019 prevê como Programa Temático “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”. Dentre as ações no plano orçamentário para o período está a realização da PNADC como Ação “Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

A Ação “Pesquisa e Estudos Estatísticos”, segundo o Relatório de Gestão 2017, tinha uma dotação de R\$ 41.743.096,00, dos quais R\$ 38.072.593,00 foram empenhados e R\$ 34.273.762,00 foram liquidados, incluindo outras pesquisas além da PNADC. Somente para a PNADC, no PPA 2016–2019, o Plano Orçamentário previa R\$ 17.230.680,00 para o Produto Resultado Divulgado que é a métrica de Produto no orçamento. O valor previsto abarca as atividades em todo o País, que serão repassados para o IBGE de acordo com a programação orçamentária, bem como reforça a escolha enquanto caso ilustrativo no presente artigo.

Em Santa Catarina, a UE-SC informa os valores necessários ao adimplemento de seus pagamentos mensalmente, por meio de sistemas gerenciais internos, e então o setor responsável na Sede repassa o crédito para que se possa proceder com os empenhos e, posteriormente, os pagamentos. Portanto, conhecer os custos da pesquisas realizadas pode promover informações detalhadas do montante necessário para realizar a pesquisa de acordo com as amostras definidas para um período. A partir dos dados empírico é possível perceber a abrangência e detalhamento dos principais itens de custos, sintetizados por meio do Quadro 1.

**Quadro 1. Itens de custos e sua abrangência/detalhamento**

Itens de custos	Abrangência/detalhamento
PI INFRA, PI Pesquisa, PI DDI e PI FUNERAL NAT	Dizem respeito a todas as pesquisa desenvolvidas pelo IBGE em Santa Catarina
Custos com Pessoal – Supervisão	Diz respeito à supervisão da PNADC em Florianópolis
Custos com Pessoa – Gerência	Diz respeito à gerência da PNADC em Santa Catarina
Custos com Diárias – Supervisão	Diz respeito à supervisão da PNADC em Florianópolis
Custos com Diárias – Gerência	Diz respeito à gerência da PNADC em Santa Catarina

Depreciação

Diz respeito a todas as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE em Santa Catarina

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os custos incorridos no PI INFRA, PI Pesquisa, PI DDI e PI FUNERAL NAT dizem respeito ao IBGE em Santa Catarina como um todo. Quanto aos gastos com pessoal e diárias obteve-se valores pagos aos que trabalharam diretamente na Supervisão da PNDAC em Florianópolis e na Gerência Estadual da PNADC. A depreciação refere-se a todas as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE em Santa Catarina. A identificação dos custos pode permitir, segundo Machado e Holanda (2010, p. 792-793), “comparações entre os custos de atividades ou serviços iguais produzidos por unidades organizacionais diferentes, objetivando conhecer e estimular a melhoria do desempenho de seus dirigentes”, por exemplo.

Dada a configuração atual do controle de custos no IBGE em Santa Catarina, infere-se que ainda não é possível atender aos objetivos da NBC T 16.11, que discorre sobre o levantamento dos custos dos bens e serviços ofertados. No caso em tela, as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE podem ser consideradas os serviços oferecidos pelo ente (CFC, 2011). Alguns elementos de custos já podem ser identificados às pesquisas, enquanto para outros ainda é necessário estudos e aplicações próprias da Contabilidade de Custos para se chegar ao objeto de custeio. É certo que o IBGE já possui um ponto de partida para estruturar controle de custos mais sistematizados e que auxiliem os gestores na consecução dos objetivos organizacionais, dos processos decisórios e dos critérios de transparência e controle social (Kim et al., 2005; Slomski, 2010; CFC, 2011).

## 6 CONCLUSÃO

O estudo investigou o controle de custos mantido pelo IBGE em Santa Catarina, buscando verificar a possibilidade de se identificar os custos por pesquisas realizadas. Neste caso, utilizou-se a PNADC como caso (pesquisa) ilustrativo. A escolha da PNADC como referência deve-se a sua relevância para tomada de decisão no governo, para elaboração de orçamento e definição de políticas públicas, pois oferece um olhar sobre a conjuntura social e econômica do País por meio de informações populacionais, domiciliares e da força de trabalho. Portanto, é foco de esforços no Instituto e possui destaque no rol de divulgação de informações, especialmente por tratar da força de trabalho.

Os custos incorridos no PI INFRA, PI Pesquisa, PI DDI e PI FUNERAL NAT ainda são apresentados por meio de relatórios que dizem respeito ao IBGE em Santa Catarina como um todo. Com uma abrangência e detalhamento diferentes, os gastos com pessoal e diárias já podem ser obtidos de forma específica para a Supervisão da PNDAC em Florianópolis e para a Gerência Estadual da PNADC. Já a depreciação também se refere a todas as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE em Santa Catarina. Este contexto permite dizer que há diferentes abrangências e detalhamentos para os principais custos incorridos no IBGE.

Os resultados empíricos permitem inferir que o controle de custos por pesquisa desenvolvida no IBGE ainda se encontra em estágio inicial de implantação, deixando indícios de alguns próximos passos que poderão ser desenvolvidos para o seu aperfeiçoamento. Em se tratando da contribuição teórica, observou-se uma lacuna na área, bem com um certo ineditismo do estudo. Do ponto de vista prático é contemplado um objeto empírico de

destaque nacional, não só em termos de atividades realizadas, mas também em relação ao volume orçamentário empregado.

## REFERÊNCIAS

Alonso, M. (1999). Custos no serviço público. *Revista do Serviço Público*. (1), 37-63.

Brasil. Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934. (1934). Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. Recuperado em 30 de março de 2020, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Brasil. Decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937. (1938). Institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências. Recuperado em 30 de março de 2020, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-republicacao-74463-pe.html>.

Brasil. Decreto-Lei n. 218, de 26 de janeiro de 1938. (1938). Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia. Recuperado em 30 de março 2020, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Brasil. Decreto n. 4.740, de 13 de junho de 2003. (2003). Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. Recuperado em 08 de maio de 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4740.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4740.htm).

Cardoso, R. L., Aquino, A. C. B. D., & Bitti, E. J. D. S. (2011). Reflexões para um framework da informação de custos do setor público brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 45(5), 1565-1586.

Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 1.366, de 25 de novembro de 2011. (2011) Aprova a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Recuperado em 30 de março de 2020, de [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf).

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Plano Plurianual 2016-2019*. Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018a). *Relatório de Gestão 2017*. Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*. Recuperado em 08 de fevereiro de 2018, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018c). *Rede de Memória do IBGE*. Recuperado em 24 de janeiro de 2018, de <https://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas.html>.

Kim, P. S., Halligan, J., Cho, N., Oh, C. H., & Eikenberry, A. M. (2005). Toward participatory and transparent governance: report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. *Public Administration Review*, 65(6), 646-654.

Machado, N., & Holanda, V. B. D. (2010). Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 44(4), 791-820.

Messias, D., Ferreira, J. C., & Soutes Olesczuk, D. (2018). Gestão de custos no setor público: um panorama de experiências internacionais. *Revista do Serviço Público*, 69(3), 585-604.

Dos Reis, L. G., Ribeiro, P. A., & Slomski, V. (2005). Custos no setor público: uma proposta de implementação de sistemas de custeio. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1942/1942>. Acesso em: 02 fev. 2018.

Santos, V. D., & Candeloro, R. J. (2006). Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. *Porto Alegre: AGE*, 73.

*Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria n. 157, de 09 de março de 2011*. (2011). Dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal. Recuperado em 30 de março de 2020, de [http://www.fazenda.gov.br/pmimf/frentes-de-atuacao/custos/download-de-arquivos/portstn\\_157\\_09mar2011.pdf](http://www.fazenda.gov.br/pmimf/frentes-de-atuacao/custos/download-de-arquivos/portstn_157_09mar2011.pdf).

*Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria n. 548, de 24 de setembro de 2015*. (2015). Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual. Recuperado em 30 de março de 2020, de <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/653221/Item+1+-+Portaria+548-2015+-+PIP-CP.pdf/094a16c7-930a-47af-87d9-22ce78053514>.

*Secretaria do Tesouro Nacional*. (2018). Manual SIAFI. Recuperado em 07 de abril 2018, de <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/021000/021002>.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2018). Comunicas – Aba Centro de Custo. Recuperado em 09 de abril de 2018, de <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/626285/COMUNICAS.xlsx/65f1e13f-1ae5-47d5-9770-094b03d8d706>

Slomski, V. (2008). *Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal*. Atlas.

Slomski, V. (2010). *Manual de contabilidade pública*. Atlas.